

# A participação política e a luta de gênero da mulher camponesa no Brasil e Chile.<sup>1</sup>

Resultado de investigação finalizada

Gênero, desigualdades e cidadania

Sônia Fátima Schwendler<sup>2</sup>

## Resumo

Este estudo examina os principais fatores que possibilitaram a participação política e a luta de gênero da mulher camponesa (Brasil e Chile). Tomou-se por referência: a participação da mulher brasileira na luta pela terra (a partir da década de 1980), no processo de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Movimento de Mulheres Camponesas; a participação da mulher chilena na reforma agrária (1964-1973) e na contra reforma agrária (1973-1990), seu processo de inserção econômica como *temporera*, e de organização no movimento de mulheres rurais e indígenas. Argumenta-se que a luta de classe, a participação na economia e a organização da mulher a partir de uma leitura feminista foram fundantes para a luta por uma política de gênero.

**Palavras claves:** gênero, reforma agrária, mulher camponesa.

## Introdução

O presente trabalho analisa os principais elementos que contribuíram para a participação política e a luta de gênero da mulher camponesa no Brasil e Chile. A pesquisa comparativa tomou por referência: a) no contexto brasileiro, a participação da mulher na luta pela terra a partir do início da década de 1980, como parte do processo de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); b) no contexto chileno, a participação da mulher na reforma agrária (1964-1973) e na contra reforma agrária (1973-1990), seu processo de inserção econômica como *temporera*, e de organização no movimento autônomo de mulheres rurais e indígenas.

Este estudo foi realizado com base na história oral (Armitage & Gluck, 2006; Portelli, 2006; Thompson, 1988; Marre, 1991), bem como nos estudos de gênero e reforma agrária da América Latina. O foco principal do estudo do Chile foi a região do Valle Central, um dos centros mais antigos e produtivos, e uma das primeiras áreas onde se expropriou terras para a reforma agrária, sendo atualmente uma das principais regiões da produção de frutas para exportação. Entrevistamos pessoas vinculadas tanto às organizações camponesas ainda existentes e que tiveram relação com a política de reforma agrária, bem como a organização de mulheres camponesas e indígenas que surgiu em 1998, no período da redemocratização, a ANAMURI (*Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas*). No

---

<sup>1</sup> Este trabalho integra a pesquisa realizada no doutorado na Universidade de Londres, no Programa em Estudos Ibéricos e Latino Americanos, com a tese intitulada “A emancipação da Mulher através da Participação na Luta pela Terra: Brasil e Chile” (Schwendler, 2013). Além da bolsa Capes, esta pesquisa contou com o financiamento da Universidade Central de Londres – grant awarded by the Academic Trust Funds committee from the *Convocation Trust Appeal Fund for the Central Research Fund*, e do College Queen Mary.

<sup>2</sup> PhD em Estudos Ibéricos e Latino-Americanos pela Universidade de Londres, Inglaterra. Professora Adjunta do Setor de Educação da UFPR. Pesquisadora na área de Gênero, Educação do Campo e Movimentos Sociais.

Brasil entrevistamos mulheres e homens que participam da luta pela terra. Nosso foco foi a região Sul, na qual se originou tanto o MST (1984), quanto o Movimento de Mulheres Camponesas (surgido em meados de 1980), o qual também foi nosso interlocutor nesta pesquisa. Observamos dois estágios distintos da luta pela terra: a do acampamento, que é a fase de conflito e ocupação, e a do assentamento, que é a fase da organização da vida já na terra conquistada.

O estudo comparativo nos permitiu afirmar que os dois países seguem padrões semelhantes em relação ao lugar de homens e mulheres na sociedade. Contudo, enquanto no Brasil a participação política das mulheres camponesas e as mutações nas relações de gênero têm sido provocadas, sobretudo, no processo da luta pela terra; no Chile, estas têm sido produzidas especialmente no contexto da transformação radical da economia agrária. Em ambos os espaços, percebe-se nitidamente uma influência do pensamento feminista. Argumenta-se que a luta de classe, a participação na economia e a organização da mulher a partir de uma leitura feminista em espaços locais, nacionais e transnacionais foram cruciais para a luta por uma política de gênero.

### **Por uma leitura de gênero no contexto do campo em transformação**

Este estudo compreende o gênero como uma categoria analítica, determinada culturalmente e socialmente, a partir da materialidade histórica e das relações sociais de poder. O gênero não é uma categoria fixa, abstrata e universal, mas sim, enraizada no tempo e no lugar (Boydston, 2008). As relações de gênero são moldadas e contribuem para delinear ideologias e *habitus* em interação com outras estruturas de poder e hierarquia social, como a classe, a raça, a geração. Neste estudo, os conceitos de hegemonia/contra hegemonia de Antônio Gramsci e *habitus*/campo/capital de Pierre Bourdieu têm formado a principal base teórica para a análise da constituição e da transformação dos regimes patriarcais de gênero (Jacobs, 2010; Walby, 1997) presentes na cultura camponesa dos dois países. Segundo Connell (2005), na medida em que as condições em que se produzem a cultura patriarcal mudam, criam-se espaços para a produção de uma contracultura hegemônica. Neste processo, a concepção de *habitus* de Bourdieu irá clarificar as condições em que se produzem a predisposição estrutural para agir e pensar de certo modo e as possibilidades de mudança. Bourdieu (1990) define *habitus* como um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas que funcionam como princípios estruturantes da organização das práticas e representações. Como produto da experiência social e da educação, o *habitus* pode ser transformado pela ação histórica orientada pela intenção, pela consciência e pela ação pedagógica (Bourdieu, 2005). O autor argumenta que o *habitus* segue as mudanças da sociedade, mas dentro de certos limites da continuidade. A noção de campo, como espaço de forças ou determinações históricas que envolvem tensões e contradições, contribui para perceber que cada ator social age de acordo com sua posição (de acordo com o capital econômico, social, cultural que possui) e de seus *habitus*. Desse modo, compreende-se que a extensão em que as mulheres têm sido capazes de desafiar a ordem de gênero e pautar uma luta contra hegemônica (que contribui para a transformação da ideologia e do *habitus* de gênero) coincide com a conjuntura que informa sua ação, o capital político, econômico, social e cultural acumulado e de sua disposição para mudar os padrões tradicionais de gênero (Schwendler, 2013:24).

As transformações de gênero no campo são compreendidas também a partir do marco de “geografias de poder generizadas” (Mahler e Pessar, 2001). Esta perspectiva permite entender como e porque as identidades de gênero se transformam quando as pessoas mudam de lugar, participam de uma luta social ou se integram ao trabalho produtivo. Para os autores, o gênero está envolvido e opera simultaneamente em múltiplos espaços e escalas sociais, de modo que a ação dos sujeitos é condicionada pela posição social que ocupam dentro das hierarquias de poder construídas historicamente nos espaços macro e micro. Tomamos como premissa que as transformações de gênero como processo histórico, afetam as mulheres de modo distinto, de acordo com a posição de classe, a

origem étnica, a questão geracional, a nacionalidade, e o modo de organização familiar, social e laboral. Walby (1997:1-2) demonstra que as mulheres que adaptaram as suas vidas a um regime de gênero privado têm diferentes recursos e vulnerabilidades, comparado com aquelas que cresceram dentro de novos parâmetros a partir de um regime de gênero mais público. Suas concepções, agendas políticas e prioridades são distintas. Conforme Walby (2010:157) a expressão “regime de gênero” tem sido adotada para captar o conceito de um sistema social caracterizado pela desigualdade nas relações de gênero. Este termo indica a natureza de base social (e não biológica) dessa desigualdade, que se produz na interação com outros âmbitos das relações sociais, tais como classe e etnicidade.

Tomando por base esses referenciais teóricos, afirma-se que os espaços das relações humanas são reconfigurados na dialética entre rupturas e permanências. Neste contexto as lutas sociais e as mudanças na organização do mundo do trabalho são concebidas como espaços fecundos para desafiar e renegociar ideologias e práticas prévias de gênero, mas também como um espaço da reprodução dos *habitus* e das ideologias hegemônicas de gênero. Há evidências de que a presença da mulher nos espaços estratégicos da luta, da política e da economia têm sido essencial para a incorporação das suas demandas na agenda política. Isto tem contribuído para o empoderamento das mulheres no contexto agrário, visível nas últimas décadas. O empoderamento é aqui compreendido como um processo transformativo de concepções, relações e *habitus* em sua dimensão social, cultural, política e econômica. Implica no acesso e no uso efetivo dos diferentes tipos de capital. É atingido através da ação, de políticas afirmativas e de mudanças nos espaços micro e macro. Entende-se que este processo nem sempre é progressivo. Ele se constitui na dialética dos recuos e novos avanços, a depender das condições estruturais, dos limites e oportunidades políticas e da ação individual e coletiva (Schwendler, 2013:30-1).

O empoderamento das mulheres camponesas é decorrente tanto das mudanças produzidas na luta histórica das mulheres e de uma leitura feminista da realidade social, bem como das transformações políticas e econômicas que alteraram as condições de trabalho e de reprodução do campesinato no contexto brasileiro e chileno. A luta das mulheres camponesas se insere na luta da classe trabalhadora contra a expansão do capital e de seu modelo de desenvolvimento no campo, mas também se articula à luta contra a desigualdade histórica nas relações de gênero. Neste processo, há uma releitura do feminismo, que abrange as dimensões da organização de base e da resistência camponesa.

Estudos recentes têm evidenciado o empoderamento das mulheres camponesas nos espaços locais, assim como em escala nacional e internacional. No Brasil, os movimentos de mulheres trabalhadoras do campo (autônomos e mistos) são, atualmente, um dos movimentos mais enraizados, com grande capacidade organizativa e de mobilização social (Faria, 2009; Schwendler, 2009). De forma semelhante, no Chile, a emergência de um movimento nacional de mulheres camponesas e indígenas a partir do final da década de 90 e seu impacto organizativo revela que as mulheres vêm rompendo com sua invisibilidade social no mundo do trabalho e na política (Valdés, 2010; Schwendler, 2013). No âmbito internacional, as mulheres vêm se organizando dentro da CLOC (Coordenadora Latino Americana de Organizações de Campo) e Via Campesina (organização mundial dos movimentos camponeses) através da Assembleia de Mulheres. Nestes espaços, elas estão conseguindo colocar a questão de gênero na agenda política do movimento social, incluindo a paridade na representação. Isto revela não apenas a sua força política e organizativa, assim como a sua identificação com as demandas feministas (Deere e Royce, 2009), o que contribuiu para que as mulheres ampliassem significativamente seu espaço e sua influência dentro do movimento camponês (Desmarais, 2011).

Apesar das similaridades no âmbito das desigualdades de gênero e dos processos organizativos e de empoderamento das mulheres, este estudo demonstra que a participação política e a luta de gênero da mulher camponesa seguem processos distintos no Brasil e no Chile, frente às marcantes diferenças na economia, na cultura, na política e na história de luta social de cada país.

## **A participação da mulher na luta pela terra e na economia agrária: Brasil e Chile**

Brasil e Chile compartilham um legado histórico de concentração da terra, luta de classe e organização camponesa. Contudo, há significativas diferenças no contexto de cada país, sobretudo, em relação às políticas de estado, particularmente na década de 1960 e 1970. Enquanto o Brasil entrava na ditadura militar (1964-1985), o Chile desenvolveu uma política de estado de orientação socialista e nacionalista, dentro de um país capitalista, através do governo de Salvador Allende (1970-1973), que reduziu substancialmente a concentração da terra e empoderou o movimento camponês, que vinha se organizando desde a formalização da lei sindical (16.625/1967) e de reforma agrária (16.640/1967) durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970). A reforma agrária e a estatização das políticas do governo Allende, intensificaram a luta de classes, resultando na implementação da ditadura de Pinochet (1973-1990); uma das mais brutais da América Latina que adotou a contra reforma agrária como estratégia de esvaziamento da luta política e de reorganização da economia agrária. Este retrocesso afetou profundamente o campo,<sup>3</sup> incluindo a composição do trabalho em termos de gênero e, enfraqueceu a organização política e social do campesinato como um ator significativo na história chilena (Gómez, 2002).

No Brasil, as primeiras tentativas de colocar a reforma agrária na pauta das políticas públicas, através da organização das Ligas Camponesas e do governo de João Goulart (1961-1964), ganhou institucionalidade através do Estatuto da Terra (1964), dentro do projeto de modernização conservadora do governo militar. Em decorrência desta política e dos conflitos agrários, a luta pela terra e pela reforma agrária ressurgiu com força no contexto brasileiro durante o período da redemocratização do país, principalmente através da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST (1984), reconhecido mundialmente como o movimento social de maior influência político-organizativa no contexto agrário. Neste processo, a política de redistribuição de terras tem ocorrido apenas como resposta governamental às pressões exercidas pelos movimentos camponeses através da ocupação de terras.

Em termos de gênero, apesar das semelhanças no impacto da cultura patriarcal sobre a participação política da mulher, os dois países seguem trajetórias diferenciadas em relação à incorporação de uma agenda de gênero na luta de classe e nas políticas públicas. Um dado contextual significativo a ser destacado neste estudo comparativo é que a luta pela terra no Brasil, diferentemente do Chile, ocorre num período de consolidação do movimento feminista na América Latina, onde as demandas de gênero começam a disputar a agenda de lutas, contribuindo para o avanço na esfera dos direitos das mulheres do campo.

Os dados empíricos da pesquisa e a revisão da literatura nos permitem afirmar que apesar da importância política da reforma agrária chilena, a mulher camponesa não foi incluída como sujeito social de direitos, o que foi considerado em muitos depoimentos (de mulheres e homens) como um dos maiores erros políticos da história. A mulher participou da reforma agrária, mas não como protagonista, como beneficiária direta. Seu papel era de apoio, como mãe e esposa, dentro de uma perspectiva de mutualismo de gênero (Tinsmann, 2002). Enquanto os homens se organizavam no movimento sindical camponês, o espaço organizativo das mulheres eram os Centros de Madres, fortemente marcados pela ideologia de gênero que sustentava a tradicional divisão sexual do trabalho. Cabe destacar que no período do governo da Unidade Popular houve um esforço maior visando a incorporação da mulher, na ótica da luta de classe, sem, contudo, questionar as 'geografias de poder generizadas' (Mahler e Pessar, 2001) e criar mecanismos efetivos de inclusão da mulher. Jaques Chonchol, ministro da Agricultura no governo Allende (entrevista, 2011), afirma que as próprias tentativas do governo Allende de incorporação da mulher eram desafiadas pela cultura patriarcal machista presente no campo chileno. F.

---

<sup>3</sup> Com a ditadura, ao invés de retornar ao sistema latifundista, o Estado implanta uma economia agrária baseada na eficiência do mercado e no trabalho assalariado temporário.

R., primeira mulher a ser presidente da Confederação Nacional Campesina, CNC, em 1998, e uma das fundadoras do movimento de mulheres campesinas e indígenas, ANAMURI, demonstra que a exclusão da mulher dos principais espaços de luta política contribuiu para o fato de que houve menos resistência à política da contra reforma agrária.

Con todo lo avanzada que fue la reforma de Chile, excluyó a las mujeres. Yo creo que si las mujeres hubieran sido parte de ese proceso, el contra proceso de reforma no se habría hecho con la facilidad que se hizo. Incluso los campesinos que perdieron la tierra, eso fue producto de la presión que las mujeres hicieron. Para ellas la tierra fue una carga muy grande, una amenaza. El hombre no tenía con que producir la tierra después del golpe, estaba amenazado. Los hombres no tenían a quién recurrir y las mujeres empezaron a adjudicar el drama a la reforma. Las mujeres de los campesinos fueron las primeras en contra de la reforma.

O que ficou evidente é que as mulheres tiveram menos condições de desenvolver sua consciência política dentro do processo da reforma agrária, o que poderia ter contribuído para que elas tivessem atuado como retaguarda no momento em que os homens foram presos pelo regime de Pinochet. A. M., trabalhadora na fazenda desde os 10 anos, dirigente de ANAMURI, afirma que “Cuando viene el golpe militar tú visitabas a los *campesinos* y a las mujeres y había muchas que no sabían por qué su marido estaba desaparecido, porque no sabían en dónde y en qué participaban. Eso es el peor error que se cometió de no hacer una socialización familiar”. Além disso, as mulheres poderiam ter tido uma maior autonomia econômica se elas tivessem sido incluídas como beneficiárias diretas da reforma agrária.

Embora seja necessário ressaltar a especificidade de gênero, cabe destacar que de modo geral, com a ditadura militar, as mulheres e os homens do campo experimentaram uma grande perda em relação aos avanços políticos e econômicos trazidos pela reforma agrária. Segundo Deere e León (2001) Chile não foi somente o país que inaugurou as políticas neoliberais na América Latina, mas também o lugar onde a contra reforma agrária foi mais extrema. As terras coletivas da reforma agrária que não foram devolvidas aos antigos donos, foram privatizadas. Grande parte dos campesinos foi excluída desta redistribuição, em especial aqueles que eram líderes políticos. As mulheres também foram excluídas, uma vez que não eram contempladas na lei de reforma agrária. O golpe militar e a contra reforma agrária de Pinochet mudaram dramaticamente a condição das mulheres campesinas, que além de buscarem o trabalho para o sustento da família, muitas delas se envolveram na organização da resistência à ditadura. O. T., líder político dos campesinos e advogado afirma “Esas mujeres, han tenido que asumir la jefatura del hogar sola. Ya no está el marido que traía el ingreso, ahora tiene que salir ella a buscar trabajo”. M. C., dirigente de ANAMURI, mostra que as maiores mudanças que empoderaram as mulheres camponesas não foram produto da reforma agraria, mas sim da contra reforma, através da incorporação da mulher ao trabalho assalariado, que foi um processo massivo. “La reforma agraria produjo la distribución de la tierra, la mudanza de la situación del latifundio. Pero para la mujer no produjo cambio. Los cambios radicales los produjo la dictadura, la contrarreforma agraria [...]. El salario pasó a ser de ella, porque ella era la que tenía que ir a la empresa a trabajar”.

Foi particularmente no contexto da expansão da indústria de fruta para a exportação que as mulheres se inseriram na economia como *temporeras* e, portanto, na organização sindical. Atualmente, muitos sindicatos são liderados por mulheres. Foi dentro de um contexto de trabalho subalternizante, de exploração da mão de obra feminina, que a mulher foi afirmando seu papel de sujeito político na sociedade chilena. Destaca-se que a categoria das *temporeras*, integra o setor mais desprotegido e de trabalho desregulado, o que Valdés chama de *salarización de la pobreza*. A feminização do trabalho no campo gerou o que Vieira (2011) denomina como “emancipação subalternizante”, ou seja, embora a incorporação da mulher no trabalho produza um ganho de capital econômico, as condições de exploração carregam um custo social elevado, levando ao declínio do capital social. Segundo Valdés (2010), esta situação representa para as mulheres uma tensão entre o sacrifício e a liberdade gerada com o trabalho remunerado. Este processo tem um forte impacto na organização da família, produzindo

um senso de empoderamento da mulher (aumento da autonomia e participação nas decisões familiares) e de desempoderamento do homem, diante do seu papel histórico no sustento e no poder sobre a família. Contudo, a participação formal da mulher na economia, não necessariamente modificou seu papel como responsável pelo cuidado e pelos afazeres domésticos. Estas mudanças são mais visíveis nas gerações mais novas que negociam as relações de gênero dentro de outro parâmetro de organização familiar.

No Chile, o empoderamento das mulheres camponesas tem uma raiz econômica, que nem sempre é acompanhada pela consciência política e de gênero. O avanço alcançado pelas mulheres não necessariamente representa uma politização, uma vez que as condições de trabalho intimidam as mulheres a se sindicalizar. Por outro lado, foi a feminização do trabalho, em conjunto com a luta contra a ditadura que trouxe as mulheres para a cena política da história, enquanto organizadoras de um movimento social autônomo, a ANAMURI e, como líderes sindicais. A organização das mulheres tem assumido um papel preponderante, nunca visto na história chilena. Atualmente, é a organização de mulheres que tem maior poder de aglutinação do movimento campesino, o que fora reconhecido em muitos depoimentos de homens e mulheres. Assim, como no Brasil, estas mulheres, se integram ao movimento campesino transnacional e participam dos debates mais amplos sobre a soberania alimentar, e os diferentes modelos de desenvolvimento da agricultura e seus impactos na vida camponesa e do planeta.

A organização da mulher camponesa no Brasil, também está fortemente vinculada a transformação da agricultura, como resultado da implementação de um modelo radical do capitalismo transnacional dentro de um contexto de ditadura militar (1964-1985). No início dos anos 80, a mulher camponesa participou do movimento de resistência contra o modelo de agricultura modernizante, de exclusão do trabalhador do campo e, pela constituição de sindicatos que representassem os trabalhadores. Contudo, segundo I. G. (líder do MST desde as primeiras ocupações de terra), “as mulheres participam das oposições sindicais, mas quando elegem as primeiras direções elas se dão conta que elas estão fora do sindicato, não são sócias, porque quem é sócio é o marido e elas apenas são representadas”. Também no Brasil, até os anos 80, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito à aposentadoria e ao salário maternidade, não era sindicalizada e seu nome não contava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, como resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais, das lideranças femininas dos sindicatos, articulado com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, e à inclusão do direito da mulher à terra de reforma agrária.

Um dado fundamental é que a luta pela terra organizada no Brasil pelo movimento social, tem sua centralidade na ocupação massiva de terra, a partir da família. I. M., líder nacional no MST e membro do setor de gênero demonstra que:

Quando o movimento decide que a forma de adesão ao movimento não era individual, era familiar, a gente não tinha noção na época do significado disto para uma luta camponesa, numa sociedade extremamente patriarcal, conservadora, histórica de opressão da mulher. Eu acho que isto é o grande acerto político, que possibilita que hoje no movimento tenha uma grande participação das mulheres [...]. A segunda coisa é que o movimento nasce de uma influência do que está acontecendo no nosso país e fora. Qual que era o contexto da década de oitenta? Nós estávamos numa efervescência. Tomada de sindicatos, um processo forte das ações das pastorais. Tinha um processo de formação política. E nós vamos pegar esta década de oitenta que já tinha este debate de participação das mulheres. Muitas mulheres que entraram para o movimento já vinham das comunidades de base com grau de consciência política. E isto foi determinante.

No espaço de luta social, através do enfrentamento da polícia, das discussões nos núcleos de família, nas marchas, nas assembleias, as mulheres também se politizam e assumem posições de liderança, embora estas sejam mais expressivas nos espaços considerados femininos, como a educação e a saúde. Contudo, como a educação se expandiu para todos os níveis de ensino, ela se constituiu em um dos pilares fundamentais na luta pela terra, e conseqüentemente, em um espaço de formação política e de gênero para as mulheres. No início da organização do MST, apesar da participação ativa das mulheres na luta pela terra, poucas participavam das instâncias de coordenação política. O testemunho de D. M., um dos líderes da primeira ocupação massiva do MST, a Fazenda Anoni no Rio Grande do Sul, ilustra este processo.

Na direção só tinha a Luci. Na coordenação tinha 5 a 6 mulheres e nós era uns 80 homens. Então isto já era um avanço. Que tú vinha de uma cultura que mulher era para lavar roupa, limpar a casa, obedecer ao homem. Então, era visível que a participação da mulher era pequena. E quando tomava decisão, depende do tipo de tarefa, não colocava mulher.

Contudo, o papel ativo da mulher na luta pela terra, a organização das mulheres e a luta de gênero dentro da luta pela terra, bem como a participação das mulheres no movimento internacional da Via Campesina contribuiu enormemente para o seu empoderamento e a mutação das relações de gênero no campo. Um dos maiores passos dados nesta direção tem sido a incorporação da cláusula da paridade de gênero na estrutura organizacional do MST desde 2000. Foi estabelecida a norma de que cada núcleo de base precisa ser coordenado por um homem e por uma mulher. Progressivamente, esta medida tem sido adotada em diferentes níveis e graus da estrutura organizativa, a qual também é ampliada frente a expansão da luta pela terra e a necessidade de criar um processo mais participativo e de formação de lideranças. Significativamente, quase todas as entrevistas enfatizaram o grande impacto das políticas de gênero no empoderamento da mulher; fenômeno visível em termos qualitativos e quantitativos. “Isto deu um salto de qualidade na participação das mulheres no MST, da base até as direções, que não tinha visto e não vejo em nenhuma organização no Brasil” (J. D., líder no Paraná).

No começo da luta pela terra, semelhante ao Chile, a mulher integra a luta pela terra no papel de mãe e esposa. Contudo, as condições da luta, a cultura da participação e certo nível de consciência de gênero levaram à politização da maternidade e de seu papel como trabalhadora do campo. No início, há um movimento paradoxal na luta pelo acesso da mulher à terra. Na Ocupação da Anoni em 1985, levantou-se, pela primeira vez, a possibilidade da mulher solteira ter direito à terra, uma vez que estava em pauta o direito de acesso à terra dos homens solteiros. Isto também foi possível porque tinha uma mulher na direção do MST, como demonstra D. M. “Foi o MST, a luta interna das mulheres que acabou criando uma consciência. Depois era tranquilo nos acampamentos. As mulheres jovens solteiras, que tiveram o direito de se cadastrar igual a um homem, que foi uma batalha feita em 1985 na ocupação da Anoni”. Foi na Constituição Federal de 1988 que as mulheres conquistam o direito à terra, seja de modo individual, ou em nome do casal. Contudo, como esta lei foi largamente ignorada nas próprias organizações camponesas, nos órgãos de governo, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e também não era prioridade na luta das mulheres (Deere, 2003), foi somente em 2000 que esta temática entrou na agenda política do movimento das mulheres e, em 2003 na agenda do governo. Com isto, a inclusão da mulher no acesso à terra ficou compulsória através da lei ordinária 981/2003. Como resultado, passou-se de uma média de 13% de beneficiárias da reforma agrária no início da década, para uma média de 55,8% em 2007 (Butto and Hora, 2010). Atualmente, em muitos estados, quando uma família é assentada o nome da mulher aparece em primeiro lugar. Além disso, as mulheres chefes de família têm preferência no acesso à terra pelo programa de reforma agrária.

Apesar de inúmeros avanços e de uma participação mais ativa da mulher na luta pela terra, principalmente na fase do acampamento, há ainda fortemente a reprodução de um modelo, em que a mulher é a responsável pelo cuidado e pelos afazeres domésticos, o que tem sido uma barreira efetiva

na participação das lideranças, principalmente após o assentamento. A criação de cirandas infantis tem contribuído para facilitar esta participação. Considerando os regimes patriarcais de gênero e sua inculcação enquanto *habitus* da cultura camponesa, o acesso da mulher à terra na forma da lei não resultou no efetivo uso da terra. O espaço da produção econômica ainda é fortemente concebido como território masculino, com significativas consequências para a efetiva participação das mulheres nas decisões em relação à organização da unidade de produção e para sua autonomia econômica. A divisão sexual do trabalho e a forma de organização da produção têm contribuído para um relativo retrocesso na fase do assentamento em termos da participação política da mulher camponesa. Seu protagonismo e empoderamento, visível na luta pelo acesso à terra, não assume a mesma proporção quando a luta se dá no espaço da terra já conquistada, conforme analisado em Schwendler (2013). Contudo, cada vez mais a mulher está reconhecendo seu papel na economia camponesa, e se colocando como sujeito histórico na luta de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

## **Conclusões**

O estudo comparativo permite afirmar que os dois países assumem padrões semelhantes em relação à reprodução dos regimes patriarcais de gênero. Contudo, o momento histórico, o modelo de organização de luta pela terra e a própria concepção de reforma agrária em combinação com a influência do pensamento feminista contribuíram para que a luta pela terra no Brasil se tornasse também um espaço de politização e recriação de alguns elementos das relações de gênero. Tanto no Chile como no Brasil, o modelo de desenvolvimento econômico do grande capital tem tido um papel preponderante na luta da mulher pelo seu espaço na sociedade. Contudo, no Chile este processo foi mais intenso, pois além de coincidir com o momento da ditadura, que aniquilou o movimento camponês, ele criou as condições para a feminização do trabalho no campo, através da indústria de frutas para exportação. Foi basicamente a incorporação da mulher no trabalho produtivo, e seu papel político no período do esmagamento da organização camponesa, que tornaram a mulher camponesa um ator social significativo no contexto chileno. Neste processo o pensamento feminista teve também uma grande influência.

Este estudo evidenciou que a integração formal da mulher na economia, sua participação como sujeito político na luta pela terra e pelos direitos humanos e trabalhistas, a afirmação de uma agenda de gênero na luta social, bem como o acesso à terra como direito constitucional têm favorecido um conjunto de transformações nas relações de gênero, e conseqüentemente uma atuação política mais afirmativa da/para a mulher camponesa. Contudo, sua participação na esfera pública tem sido limitada pelos regimes de gênero patriarcais (Jacobs, 2010; Walby, 1997) o que tem contribuído para uma “emancipação subalternizante” (Vieira, 2011).

Conclui-se que o sistema das relações de gênero está mudando no campo. Esta mudança se dá de uma estrutura baseada num modelo em que a mulher ficava mais restrita a esfera doméstica, embora ela sempre estivesse participando na produção da agricultura, para um modelo em que ela está presente na arena pública como ator político. Contudo, apesar de visíveis mudanças, as mulheres ainda estão frequentemente segregadas em posições desiguais, ou limitadas pela carga do trabalho doméstico, que é reproduzido pelos *habitus* e pela ideologia de gênero. A luta contra hegemônica da mulher dentro da luta de classe tem contribuído para problematizar os próprios processos de transformação social. Em nível local e transnacional, as mulheres mostram que a luta contra as desigualdades de gênero precisam fazer parte da pauta da luta de classe dos movimentos camponeses.

## **Referências Bibliográficas**



- Armitage, Susan H. & Gluck, Sherna B. (2006). 'Reflexions on Women's Oral History: an exchange'. In: Perks, Robert & Thomson, Alistair (eds). *The Oral History Reader*. 2<sup>nd</sup> ed. (pp. 73–82). London and New York: Routledge.
- Bourdieu, Pierre (1990). *The logic of practice*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, Pierre (2005). Habitus. In: Hillier, Jean and Rooksby, Emma (ed). *Habitus: a Sense of Place*. 2<sup>nd</sup> ed. (pp. 43–48). Surrey: Ashgate,
- Boydston, Jeanne (2008). 'Gender as a Question of Historical Analysis'. *Gender & History*, Vol. 20, No. 3 (November), 558–583.
- Butto, Andrea & Hora, Karla E. R. (2010). 'Mulheres e reforma agrária no Brasil'. In: Lopes, Adriana. Zarzar, Andrea Butto. (orgs). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. (pp. 19–38). Brasília: MDA.
- Connell, R. W. (2005). *Masculinities*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press..
- Deere, Carmen D. and León, Magdalena. (2001). *Empowering Women: Land and Property Rights in Latin America*. Pitt Latin American Series. Pittsburgh, Pa.: University of Pittsburgh Press.
- Deere, Carmen D. and Royce, Frederick S. (2009). *Rural Social Movements in Latin America: Organizing for Sustainable Livelihoods*. United States of America. University Press of Florida.
- Deere, Carmen D. (2003). 'Women's Land Rights and Rural Social Movements in the Brazilian Agrarian Reform' *Journal of Agrarian Change*, Vol.3, 1&2, 257–288.
- Desmarais, Annette A. (2001). "The International Women's Commission of *La Via Campesina*". In: Visvanathan, Naline et al. (eds). *The Women, Gender and Development Reader Second*. (pp. 408–413). Fernwood Publishing Halifax/ Winnipeg; Zed Books, London/New York.
- Faria, Nalu. (2009). "Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural". In: Butto, Andrea (org). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. (pp. 11–28). Brasília: NEAD.
- Gómez, Sérgio (2002). 'Organización campesina en Chile: reflexiones sobre su debilidad actual'. In: *Revista Austral de Ciências Sociais*, n 6 (pp. 3–18). Chile: Universidade Austral de Chile.
- Gramsci, Antonio. (1971). *Selections from the Prison Notebooks* London: Lawrence and Wishart.
- Jacobs, Susie. (2010). *Gender and Agrarian Reform*. New York; London: Routledge.
- Mahler Sarah J., and Patricia R. Pessar. (2001). 'Gendered geographies of power: Analyzing gender across transnational spaces'. *Identities*, 7, no. 4, 441–59.
- Marre, Jacques L. (1991). 'História de Vida e Método Biográfico'. In: *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre. v 3, nº 3 (Jan/Jul), 89–141.
- Portelli, Alessandro (2006). 'What Makes Oral History Different'. In: Perks, Robert & Thomson, Alistair (eds). *The Oral History Reader*. 2<sup>nd</sup> ed. (pp. 32–42). London and New York: Routledge.
- Schwendler, Sonia F. (2009). "A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: Fernandes, B.M, Medeiros, L.S. de & Paulilo, M.I. (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 2, (pp. 203-221). São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD.
- Schwendler, Sonia Fátima (2013). *Women's Emancipation through Participation in Land Struggle*. Tese de Doutorado. University of London.
- Thompson, Paul (1988). *The Voice of the Past: Oral History*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Oxford University Press.
- Tinsman, Heidi (2002). *Partners in Conflict: The Politics of Gender, Sexuality, and Labor in the Chilean Agrarian Reform, 1950 - 1973*. Next Wave: New Directions in Women's Studies. Durham [u.a.]: Duke Univ. Press.

Valdés, Ximena (2010). 'Contra el desperdicio de la experiencia social: las temporeras y su acción colectiva'. In Pinto, Julio (ed.) *Mujeres: historias chilenas del siglo XX*. (pp. 117–140). Santiago: LOM Ediciones.

Vieira, Else. (2011). 'A feminização da imigração brasileira e o trabalho sexual hetero e homossexual no Reino Unido'. *Grupo de Trabalho: questões de gênero para imigrantes brasileiros na Europa*. Lisboa, 30/09 - 02/10, Comunicação Oral).

Walby, Sylvia. (1997). *Gender Transformations*. Routledge: London.

Walby, Sylvia. (2010). "Patriarcado" In: John Scott (org). *Sociologia: conceitos-chaves*. Tradução. Carlos Alberto Medeiros, (pp. 155–157). Rio de Janeiro: Zahar.